





Novos desafios para a garantia e efetivação do direito à Convivência Familiar e Comunitária

Aula 2
Damares Vicente
05/04/2017

Conteúdos

- Sistemas de Proteção Social
- Políticas Sociais
- Seguridade Social brasileira
- Políticas Sociais e Famílias



A concepção de proteção social no Brasil e a Seguridade Social brasileira

uma reflexão sobre a
responsabilização das famílias no
enfrentamento das desigualdades e
das vulnerabilidades

O que são sistemas de proteção social?

Os sistemas de proteção social são formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros

(Silva e Silva; Yazbek; Giovanni, 2004)

O que são sistemas de proteção social?

- A forma predominante no mundo atual é aquela que tem a participação do Estado como **provedor, produtor, gestor e regulador** das transferências de recursos destinados à proteção social, sem que a tradição e o mercado deixem de estar presentes de maneira mais ou menos acentuada.

(Silva e Silva; Yazbek; Giovanni, 2004)

O que são sistemas de proteção social?

- Famílias, instituições religiosas, instituições comunitárias
- O que define proteção social em sociedades complexas como a nossa é a sua formidável institucionalização, a ponto de tornar este conjunto de atividades um significativo e importantíssimo ramo da divisão social do trabalho e da economia

(Silva e Silva; Yazbek; Giovanni, 2004)

O que são sistemas de proteção social?

- “Núcleo duro”

Saúde, Educação, Previdência, Trabalho e Emprego e Assistência Social.

- Fundamentos: tradição, mercado ou autoridade política (Estado)

(Silva e Silva; Yazbek; Giovanni, 2004)

Os Sistemas de proteção social

- Não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades.
- Representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades, buscam, incessantemente, responder pelo menos a três questões:

- **Quem será protegido?**
- **Como será protegido?**
- **Quanto de proteção?**

Os Sistemas de proteção social

- São respostas sociais e politicamente engendradas que determinam a natureza dos sistemas de proteção social:
 - universalismo *versus* particularismo;
 - alto grau de generosidade *versus* baixo grau de generosidade;
 - alto grau de efetivação de direitos sociais *versus* afrouxamento da noção de direito social;
 - mercantilização *versus* desmercantilização da proteção social;
 - participação social democrática *versus* centralismo e autoritarismo na definição das políticas sociais;
 - caráter público *versus* privado, etc.

Constrangimentos

- Desenvolvimento tardio
- Democracia tardia
- Traços conservadores na cultura
- Longos períodos de autoritarismo político

(Silva e Silva; Yazbek; Giovanni, 2004)

O que são políticas sociais?

- As políticas sociais são parte integrante das políticas públicas e participam das estratégias de mediação entre Estado e sociedade, situando-se dentro do repertório de respostas a serem mobilizadas para fazer face às expressões da Questão Social

(Raichelis, 2011, p.88)

O que são políticas sociais?

- Como sistemas de mediação, as políticas de proteção social expressam (...) a capacidade das forças sociais de transformar suas demandas em questões políticas a serem inscritas na pauta das respostas governamentais às necessidades sociais que canalizam (Raichelis, 2011, p. 88)

Como nasceram as políticas sociais?

- As políticas sociais – como processo social, se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (Behring ; Boschetti, 2007, p. 47)

Como nasceram as políticas sociais?

- A classe trabalhadora, a partir das lutas travadas ao longo dos últimos dois séculos, construiu possibilidades de garantir seu **direito ao usufruto do patrimônio criado pela humanidade** (material e imaterial). E é aqui que as **políticas sociais tornam-se mediações fundamentais para a classe que vive do trabalho**, e não somente para a manutenção da ordem capitalista.

Direitos Sociais, Políticas Sociais e Constituições

- A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado do âmbito do Capitalismo

Constrangimentos: as particularidades nacionais

- Uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos
- O peso do escravismo marcando cultura, valores, ideias, ética, estética e ritmos de mudança
- Desenvolvimento desigual e combinado (ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios) – “um caleidoscópio de muitas épocas” (Ianni apud Behring, 2007, p. 72)

Ditadura Militar (1964-1984)

- Fordismo à brasileira (Milagre Brasileiro) – internacionalização da economia brasileira (indústria automobilística, siderúrgica, metalúrgica, eletrodomésticos)
- Fazer crescer o bolo, para depois repartir (Delfim Netto)
- Brasil: “ame-o ou deixe-o”

Ditadura Militar (1964-1984)

- *A contrarrevolução preventiva* (Netto, 1998, p. 16)
- **Objetivos:**
 - Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista
 - Golpear e imobilizar os protagonismos sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista
 - Dinamizar as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo

Ditadura Militar (1964-1984)

- Ao cabo do ciclo ditatorial, nenhum dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira (...) estava solucionado. Ao contrário: aprofundados e tornados mais complexos, ganharam um dimensionamento mais amplo e dramático (Netto, 1998, p. 15)

Ditadura Militar

- Articulação entre a burguesia nacional e o exército
 - Desenvolvimento capitalista dependente, subalterno, especialmente aos Estados Unidos da América
 - Massacre democrático
 - Partidos; imprensa; escolas; organizações políticas, etc.

Políticas públicas com restrição de acessos

- Abertura de espaços para a saúde, previdência e educação privadas
- Milhões de pessoas permaneciam, mesmo com ampliação de acessos públicos e privados, fora do *complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar* (Faleiros apud Behring; Boschetti, 2007, p. 137)
- Incremento da construção civil para construção de moradias populares determinando o crescimento das empreiteiras – sem transparência sem controle dos gastos públicos e com financiamento das poupanças forçadas de trabalhadores (FGTS, PIS, PASEP)

Contexto da Constituição Federal de 1988

- A redemocratização do país: 1984 – Diretas Já!
- Colégio Eleitoral (Tancredo Neves- José Sarney)
- Novo sindicalismo; surgimento do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais
- Nova República

Seguridade Social brasileira

- O processo que culminou com a conquista da Seguridade Social Brasileira, composta pelas Políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social e garantida na Constituição Federal do Brasil de 1988, foi fruto de lutas e disputas na busca de direitos, numa tensa relação entre capital e trabalho mediada pelo Estado brasileiro

CF 1988: Seguridade Social Brasileira

- Previdência Social
- Assistência Social
- Saúde

(Des)articulação das políticas

A contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1990

- Neoliberalismo e Globalização

Impedimentos à efetivação das conquistas de 1988

A contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1990

- PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO
(Ministério da
Administração e da Reforma do Estado -
PDRE/MARE, 1995)
Bresser Pereira

A contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1990

- Modernização orientada para o mercado
- Solapamento das reformas profundas
- Privatizações
- Identificação do Estado como o grande causador da crise econômica e social
 - Privatizações
 - Reformas previdenciárias
 - Reformatação do Estado brasileiro (mais para o capital, menos para o trabalho)

Previdência Social

- Introdução de critérios que focalizaram ainda mais os direitos da população contribuinte, restringiram direitos, reduziram o valor dos benefícios, limitaram alguns benefícios, não incorporaram trabalhadores pobres inseridos no mercado informal

(Behring; Boschetti, 2007, p.161)

Saúde

- Abandono dos princípios do Projeto da Reforma Sanitária
- Sucateamento dos serviços e equipamentos
- Privatização dos serviços e das atenções
- Precarização do trabalho em saúde

Assistência Social

- Morosidade na regulamentação como direito constitucional
- Serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos
- Manutenção e reforço do caráter filantrópico
- Presença de entidades privadas na condução dos serviços
- Clientelismo

A contrarreforma do Estado brasileiro a partir de 1990

- Nova arquitetura institucional na área social:
 - Serviço voluntário
 - Desprofissionalização
 - Apelo à solidariedade (entre os pobres)
 - Pressões políticas são transformadas em questões técnicas, “decretistas”
 - Desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais

Estado, políticas sociais e famílias

(Grafite –Os Gêmeos)



- Historicamente, as famílias, no Brasil, têm sido chamadas a responder pelos danos causados pelas expressões da questão social brasileira, por meio de modalidades de intervenção que terminam, muitas vezes, por responsabilizá-las, ou mesmo culpabilizá-las, pelos sofrimentos sentidos ou provocados.

A redescoberta da família

- Estado (agendas governamentais)
- Mercado (mulheres – (re)valorização da vida doméstica)
- Academia (valorização da entidade familiar como tema de pesquisa)

A ideologia das políticas neoliberais (conservadoras)

- A família é a mais importante instituição de nossas vidas
- É necessário comprometer as famílias
- É necessário encorajar as pessoas a assumirem responsabilidades que digam respeito às suas próprias vidas

(Pereira-Pereira In Sales; Matos; Leal, 2006, p. 27)

A ideologia das políticas neoliberais (conservadoras)

- Prevalece a visão idílica da família, das comunidades locais e de grupos informais, que deverão funcionar como fontes privadas de proteção social

(Pereira-Pereira In Sales; Matos; Leal, 2006, p. 28)

A ideologia das políticas neoliberais (conservadoras)

- A família de referência para formuladores das políticas sociais (executores) é a família nuclear tradicional, ou seja, constituída por um casal legalmente unido, com dois ou três filhos, na qual o homem assumia os encargos de provisão

A família como substitutivo privado do Estado : perigos e falácias

- Contraditória como toda instituição social
- Não é uma ilha de virtudes e de consensos
- Apresenta aspectos “fortes” e “fracos”

As famílias no Brasil

- Existe, segundo Pereira-Pereira (2006, p.37), uma prevalência dessa fragilidade da família sobre os seus aspectos fortes, especialmente nas camadas mais pobres da população, em que as privações são maiores e os maus-tratos de crianças, cometidos pelos próprios genitores (pai e mãe), assumem foros de calamidade.

As condicionalidades nas famílias

- Os cuidados e atenções realizados informalmente não estão isentos de regulações internas e externas
- Além das obrigações e limitações previstas em ordenamentos jurídicos, cada ajuda traz embutida a expectativa da reciprocidade e essa solidariedade é explorada pelas políticas sociais neoliberais

A redescoberta da família pelo viés do conservadorismo

Trata a organização familiar da classe-que-vive-do-trabalho como uma instituição em crise, desorganizada e patológica

desestruturadas ou disfuncionais

O que percebem, e que valores possuem, as pessoas que compõem as FAMÍLIAS com as quais trabalhamos?

Pesquisa Fundação Perseu Abramo

Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>. Acesso em: 05/04/2017

- entrevistas realizadas entre os dias 22/11/2016 a 10/01/2017

PERCEPÇÕES E VALORES POLÍTICOS NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

FAMÍLIA (FPA, 2017)

A família é o grande alicerce e solução para os problemas individuais e coletivos

- A família, para os entrevistados, é considerada a base da vida: utilizam expressões superlativas como 'é tudo, é o que faz valer a pena', 'é o porto seguro, o que mantém a gente na linha'. Ou seja, é o que possibilita que sejam pessoas corretas e que tracem caminhos sem desvios
- é também o antídoto para a crise moral da sociedade: é necessária para a construção de uma sociedade mais correta, sem violência, sem corrupção, mais desenvolvida, com pessoas de caráter, honestas. Há compreensão de que o fracasso de uma sociedade é resultado da presença excessiva de famílias desestruturadas.
- **A CRISE ÉTICA DA SOCIEDADE NÃO É UM PROBLEMA ESTRUTURAL, MAS DE ORDEM INDIVIDUAL QUE SE RESOLVERÁ PELA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO PRIVADO (FAMILIAR)**

PERCEPÇÕES POLÍTICO- INSTITUCIONAIS (FPA, 2017)

- Tem a igualdade de oportunidades como ponto de partida e a defesa do mérito como linha de chegada
- Trata o mercado como instituição mais crível que o Estado, a esfera privada mais relevante que a pública e cultiva mais o individualismo que a solidariedade. Tem como valores prioritários o sucesso, a concorrência, o utilitarismo e mercantilização da vida
- Porém, reconhece a importância de um Estado eficaz em reverter impostos em serviços de qualidade e em reduzir desigualdades.

Conclusões (FPA, 2017)

- A ascensão social está relacionada à coragem, ousadia e disciplina e é tratada como um resultado individual derivado da força de vontade. Muitas vezes isso significa estabelecer um sentimento de solidariedade mais estreito com os próprios empregadores do que com aqueles que partilham a mesma condição de classe. Nesse sentido, a resiliência, mais do que a resistência é um valor positivo
- A lógica mercantil está presente mesmo na interpretação dos direitos trabalhistas e benefícios sociais. As pessoas confiam mais nos programas que ofertam imediatamente recursos financeiros (Bolsa Família/Passage Livre) do que nas leis que orientam direitos.
- Há uma busca por identificação com histórias de superação e sucesso, é nessa medida que figuras tão díspares como Lula, Silvio Santos e João Dória Jr. aparecem como exemplos. Em muitas circunstâncias a figura de Lula é admirada menos pelas políticas que o governo dele implementou, ainda que essa seja uma dimensão importante, e mais porque ele próprio é um bom exemplo de ascensão social.

Conclusões (FPA, 2017)

- No imaginário da população não há luta de classes; o ‘inimigo’ é, em grande medida, o próprio Estado ineficaz e incompetente, abre-se espaço para o ‘liberalismo popular’ com demanda de menos Estado.
- A dimensão da vida pública é muito rarefeita e quase sempre a noção de “público” é tratada como sinônimo daquilo que é “de graça”. Nesse sentido, a própria relação com a esfera pública está mediada por interpretações mercantis.
- Em muitos casos, a visão de mundo é formada se espelhando não entre aqueles que pertencem ao mesmo grupo, mas entre aqueles que pertencem ao grupo onde esses indivíduos almejam chegar, é fundamental observar os desejos e as expectativas futuras dessas pessoas.

Conclusões (FPA, 2017)

- Na trajetória e no desejo de ascensão os “estudos” e não necessariamente à educação aparece como um elemento fundamental; de forma análoga a igreja aparece menos na sua dimensão teológica e mais como instituição de apoio para minimizar ou evitar o risco de seguir pelo caminho errado da desocupação e da criminalidade
- voto religioso não é, estritamente, um voto conservador. Os valores religiosos neopetencostais podem se relacionar com elementos fundamentais organizativos da vida do trabalhador (meritocracia, teologia da prosperidade, etc), mas não são determinantes. Apresentam-se mais como identidade eletiva
- o “sucesso” neopetencostal se daria mais por questões organizacionais, seu papel acolhedor e de sociabilidade na comunidade do que por questões de conteúdo ideológico
- política também é vínculo, acolhimento e identidade – as igrejas nas periferias proporcionam isso

Conclusões (FPA, 2017)

- Atenção para o discurso que nega o 'mérito' → ele é importante na construção da identidade. A dimensão da vida privada é central para a constituição da subjetividade do indivíduo. O campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas mais consistentes e menos maniqueístas ou pejorativas sobre as noções de indivíduo, família, religião e segurança
- Novas pesquisas: investigar mais o papel da religião e explorar mais a diferença sobre elas
- Este cenário de descrédito da política, compreensão do Estado como máquina ineficaz somada à valorização da lógica de mercado e a ideologia do mérito abrem espaços para candidatos e projetos de 'um não político, (...) gestor trabalhador que ascendeu e, por isso, não vai roubar'
- MAS... entrevistados seguem acreditando em saída democráticas, falam em fortalecimento dos processos de transparência e participação. No processo de formação de opinião, as condições materiais de vida e do cotidiano são preponderantes

Importante observar...

- Cabe ao Estado tornar-se partícipe em sua prerrogativa principal, a da garantia de direitos, sem desconsiderar a solidariedade informal
- Não se pode exigir do apoio primário das famílias participações irrealis, descabidas e impraticáveis
- É necessário ultrapassar o voluntarismo e reinstitucionalizar e reprofissionalizar as políticas de proteção social

Referências Bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. *Biblioteca Básica/Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 2007.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao plurarismo de bem-estar*. In SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio de Castro; LEAL, Maria Cristina. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo:Cortez, 2006 p. 25-42.
- RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. *Revista Serviço Social e Sociedade* Nº 85. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____ . *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 6ª ed. 2011
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.